



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

PARECER JURÍDICO DNRC/COJUR/Nº 072/06

REFERÊNCIA: Processo JCDF nº 06/036997-3

INTERESSADO: SIGMA RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: Pedido de reconsideração contra exigência formulada por analista da Junta Comercial do Distrito Federal – JCDF. Conversão de sociedade simples em sociedade empresária.

Senhor Coordenador,

Por meio de despacho de 18 de setembro de 2006, o Sr. Presidente da Junta Comercial do Distrito Federal – JCDF encaminha a esta Coordenação de Atos Jurídicos, para análise e pronunciamento, o processo em epígrafe, referente ao Pedido de Reconsideração apresentado em razão da exigência formulada pela analista da JCDF - Francisca Fátima Macambira no Processo JCDF nº 06/033827-0, acerca da necessidade de aprovação prévia de órgão governamental – Ministério das Comunicações, por força do disposto no art. 38 da Lei nº 4.117/62.

2. Vale destacar, por importante, que consoante os termos do art. 28 c/c art. 62 da Lei nº 8.934/94 e arts. 30, 31 § 1º do art. 65 do Decreto nº 1.800/96, não se vislumbra a competência desta COJUR para proceder análise prévia dos atos e instrumentos contratuais submetidos a arquivamento na JCDF, bem como apreciar pedido de reconsideração de despacho prolatado por decisor singular.

3. Dita competência está adstrita à Assessoria Técnica da JCDF, conforme dispõe o § 1º do art. 8º c/c o art. 51 do Decreto nº 1.800/96, *in verbis*:

“§ 1º As Juntas Comerciais poderão ter uma Assessoria Técnica, com a competência de examinar e relatar os processos de registro público de empresas mercantis e atividades afins a serem submetidos à sua deliberação, cujos membros deverão ser bacharéis em Direito, Economistas, Contadores ou Administradores.”

*“Art. 51. Os atos próprios do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins não previstos no artigo anterior serão objeto de **decisão singular proferida** pelo Presidente, Vogal ou **servidor** que possua comprovados conhecimentos de Direito Comercial e do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.*

Parágrafo único. Os Vogais e servidores habilitados a proferir decisões singulares serão designados pelo Presidente da Junta Comercial.”

*“Art. 65. O **pedido de reconsideração** terá por **objeto** obter a **revisão de despachos singulares ou de Turmas** que formulem exigências para o deferimento do arquivamento e o seu procedimento iniciar-se-á com a protocolização de petição dirigida ao Presidente da Junta Comercial dentro do prazo de trinta dias concedidos para cumprimento da exigência.*

*§ 1º O **pedido de reconsideração** será **apreciado pela mesma autoridade que prolatou o despacho**, no **prazo de cinco dias úteis** contados da data da sua protocolização, sendo indeferido de plano quando assinado por terceiro ou procurador sem instrumento de mandato ou interposto fora do prazo, devendo ser, em qualquer caso, anexado ao processo a que se referir.”*
(Grifei)

4. Destarte, convém esclarecer, primeiramente que o pedido de reconsideração não merece acolhimento, tendo em vista que o mesmo foi requerido por pessoa estranha ao quadro societário, bem como sem a devida apresentação do respectivo mandato, e nisto a Lei nº 8.934/94 é muito clara quando autoriza o Presidente da Junta Comercial indeferir liminarmente o recurso que este for assinado por procurador sem mandato. Neste passo, vejamos o que dispõe o art. 48 da mesma lei:

“Art. 48. Os recursos serão indeferidos liminarmente pelo Presidente da Junta quando assinados por procurador sem mandato ou, ainda, quando interpostos fora do prazo ou antes da decisão definitiva, devendo ser em qualquer caso, anexados ao processo.”

5. Esclareça-se, ainda, que, para o caso em tela, se aplica a alínea “c” do referido art. 38, haja vista que houve modificação do quadro diretivo, **in verbis**:

“c) a alteração dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das empresas e a transferência da concessão, da permissão ou da autorização dependem, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;”.

6. Consoante se vê pela leitura do dispositivo retrotranscrito, não há que se falar que houve: alteração dos objetivos sociais; modificação do quadro diretivo; nem mesmo alteração do controle societário da empresa.

7. Isto posto, sugiro o a devolução do presente processo a JCDF, para que seja apreciado pela mesma autoridade que prolatou o despacho, no caso a analista Fátima Macambira.

Brasília, 21 de setembro de 2006.

MARÍLIA PINHEIRO DE ABREU
Assessora Jurídica do DNRC

Senhor Diretor,

De acordo com os termos do Parecer Jurídico DNRC/COJUR/Nº 072/06, sugerimos o encaminhamento à Junta Comercial do Distrito Federal.

Brasília, 3 de outubro de 2006.

EDUARDO MANOEL LEMOS
Coordenador de Atos Jurídicos do DNRC

De acordo. Encaminhe-se conforme proposto.

Brasília, 03 de outubro de 2006.

LUIZ FERNANDO ANTONIO
Diretor